

GEOTECNOLOGIAS APLICADAS AO ESTUDO DOS TERRITÓRIOS DOS CRAS NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG

Angélica de Santana Rocha

Graduada em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA
Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da
Universidade Estadual de Montes Claros – PPGDS/UNIMONTES
angelica.srocha@hotmail.com

Marcos Esdras Leite

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Professor do
Departamento de Geociências, do Programa de Pós-graduação em Geografia e do
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de
Montes Claros – UNIMONTES. Coordenador do Laboratório de Geoprocessamento da
UNIMONTES.
marcosesdras@ig.com.br

Introdução

Este trabalho, desenvolvido no contexto do curso de Mestrado em Desenvolvimento Social, apresenta pesquisa realizada em escala local, no município de Montes Claros, onde se procura verificar a cobertura da Assistência social básica¹ aos segmentos demandantes desta, considerando as aproximações e distanciamentos das unidades de CRAS – Centros de Referência de Assistência Social - em relação a seu público alvo, dentro do território referenciado a cada CRAS; e as particularidades de cada território, como presença ou não de vazios urbanos, o que aumenta as distâncias intraurbanas e a presença ou não de favelas, que potencializam a vulnerabilidade social nos territórios em que se inserem.

Os territórios para abrangência de cada unidade de CRAS no município foram definidos no ano de 2006. Esta divisão territorial permanece em vigor até o presente momento. O problema de pesquisa aqui proposto questiona se esta configuração territorial atende atualmente aos segmentos demandantes, que podem ter sofrido reconfigurações ao longo do período que compreende a delimitação dos territórios e o momento presente.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome define que a política de assistência se destina aos cidadãos em risco e vulnerabilidade social, apontando famílias de baixa renda – até ½ salário mínimo per capita mensal – como público alvo de suas ações. O segmento mencionado foi delimitado para este estudo em que se levantou dados numéricos relativos ao ano de 2010, do Censo Demográfico do IBGE. Tais dados foram posteriormente espacializados através de mapas temáticos. O passo seguinte da pesquisa consistiu em verificar, através do trabalho de campo, a coerência entre a localização atual destes segmentos e a efetividade com que são atingidos pelas ações da política de assistência básica através dos CRAS, considerando a divisão territorial da malha urbana para locação das unidades.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Estadual de Montes Claros, uma vez que envolve a participação de pessoas. Após aprovado foi assinado pela Secretaria de Desenvolvimento Social permitindo

Apoio financeiro: FAPEMIG

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unimontes nº 1.043.876/2015.

¹ A proteção social se divide em básica e especial. A proteção social básica é oferecida pelos Centros de Referência de assistência social – CRAS- e diz respeito à proteção de famílias e indivíduos cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. A proteção social especial é ofertada pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS- e diz respeito ao atendimento à indivíduos e famílias que sofreram violações de direitos e seus laços familiares e comunitários foram rompidos, casos como violência contra menores, jovens em conflito com a lei, abandono de idosos, indivíduos em situação de rua e outros de igual natureza.

acesso da pesquisadora aos profissionais alvo das entrevistas, bem como a dados que dizem respeito ao segmento demandante.

Esta pesquisa parte do argumento de que a efetividade no direcionamento da Política de Assistência Social em cada localidade depende de verificações constantes quanto às alterações da realidade de cada território e a revisão de estratégias que as atendam. Justifica-se assim a relevância desta no fato de refletir a política social enquanto mecanismo de Estado que visa amenizar as desigualdades socioeconômicas, promovendo o desenvolvimento social enquanto diminuição no índice de indicadores como a pobreza, através da garantia de mínimos como as transferências de renda no âmbito dos Programas desenvolvidos pela assistência social básica no Brasil, ajustando-se e reajustando-se às demandas que o desenvolver histórico das sociedades apresenta.

Material e métodos

O suporte teórico para este trabalho parte do pressuposto de que o CRAS existe em função de uma necessidade histórica, qual seja mitigar as atuais expressões da questão social, que segundo Castel (2005) [1] se caracteriza pela desigualdade no acesso ao emprego formal, que garanta acesso à renda e a bens materiais e imateriais necessários ao bem estar enquanto indivíduo e enquanto coletividade. A metodologia utilizada parte inicialmente de levantamento bibliográfico que demonstra de forma breve, a fim de situar historicamente os elementos que norteiam o trabalho, os fatores históricos que justificam a necessidade de adoção das políticas sociais pelo Estado frente às vulnerabilidades e riscos sociais enquanto expressões da questão social.

O segundo aspecto da metodologia diz respeito à técnica utilizada para construção dos mapas temáticos que demonstram a realidade social específica deste estudo ao longo dos territórios. Trata-se do uso de técnicas de geoprocessamento para construção dos mapas, em que os dados disponíveis no Censo do IBGE, do ano de 2010, sobre o segmento de interesse do estudo foram espacializados através do Sistema de Informação Geográfica – SIG – “que trabalha com banco de dados alfanuméricos ligado a uma base cartográfica, para consequente espacialização desses dados (...), resultando assim em mapas temáticos ou gráficos para análise de um determinado fenômeno” (LEITE, 2006, p.47) [2].

Foram usados os microdados do IBGE, apresentados por setores censitários, juntamente com a base cartográfica digital, também disponibilizada pelo IBGE. Com o banco de dados integrados à base cartográfica foi realizada a organização dos mapas temáticos, usando as ferramentas do Arc Gis para gerar mapas coropléticos de Renda. Para analisar a coerência dos territórios dos CRAS de Montes Claros foi realizada a sobreposição desses territórios sobre o mapa com os dados do IBGE, o que permitiu obter certas constatações e fazer as análises deste trabalho.

Resultados

Resultados parciais demonstram através de mapas temáticos inconsistências na divisão territorial da malha urbana de Montes Claros para implante das unidades de CRAS. Há territórios muito extensos, com grande número de setores censitários que os compõem e grande quantidade de famílias de baixa renda e há territórios muito pequenos, contendo poucos setores censitários e consequentemente um número menor de famílias de baixa renda. Este fato se observa na Fig. 01 em anexo, em que os polos JK, Independência, Santos Reis e Maracanã possuem grande dimensão e altas concentrações de baixa renda, ao passo que polos como Renascença, Cintra, São João possuem dimensões menores e também concentrações menores de baixa renda.

Os profissionais assistentes sociais atuantes em territórios muito extensos tem proposto a sua fragmentação e implante de nova unidade de CRAS para atendimento às demandas, uma vez que a estrutura de uma única unidade de CRAS para estes é insuficiente. Os polos contam com uma unidade de CRAS para atendimento às demandas, tanto polos extensos como polos menores. Os profissionais assistentes sociais acreditam que estas diferenças devem ser observadas, fragmentando-se os territórios extensos. O trabalho de campo está em andamento, e ao final deste será construído mapa que ilustre a divisão territorial proposta pelos assistentes sociais participantes da pesquisa.

Discussão

A divisão territorial deve acontecer de forma a promover o acesso do usuário aos benefícios previstos pela Legislação que rege a Assistência Social no Brasil. O estudo dos territórios dos CRAS em Montes Claros tem demonstrado que a divisão territorial adotada pelo município não facilita o acesso da população aos mecanismos da política desenvolvidos nas unidades de CRAS. Assistentes Sociais atuantes nestes territórios tem apontado que a grande

extensão e o grande número de bairros que compõem alguns territórios impedem tanto o processo de busca ativa por parte dos profissionais como o acesso de usuários à unidade.

Considerações finais

Avaliar constantemente o andamento de uma política pública possibilita o seu funcionamento dentro dos objetivos a que se propõe. A Política Nacional de Assistência Social antevê o atendimento a todos os segmentos populacionais, zonas rurais e urbanas, considerando-se a diversidade sócio territorial de cada localidade, onde as transferências de renda, bem como as demais ações, visam o empoderamento das famílias, dos sujeitos, a promoção de sua cidadania, a sua autonomia enquanto cidadãos, sujeitos de direitos. Direitos estes conquistados a partir de movimentos sociais, mediante reivindicações e enfrentamentos à sociedade do capital.

Embora na prática as Políticas sociais acabem figurando também como estratégia para manutenção do sistema capitalista de produção e do status quo, ao oferecer solução para o problema da desigualdade social provocada por ele, sem os movimentos conduzidos por segmentos sociais em questionamento à estrutura vigente as políticas públicas sociais não teriam sido pensadas no âmbito do capital. Elas surgem como resposta a um “problema” apontado pelos trabalhadores e movimentos sociais diversos à classe empreendedora do capital e dominante também no campo ideológico, impondo valores, maneiras de ser, pensar e agir (MARX e ENGELS, 1998) [3].

Referências

[1] CASTEL, Robert; **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

[2] LEITE, Marcos Esdras. **Geoprocessamento aplicado ao estudo do espaço urbano: o caso da cidade de Montes Claros/MG**. 2006. 118f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <http://www.bdtu.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1404> Acesso em: 01 mai. 2015.

[3] MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia em geral e em particular a ideologia Alemã. In: _____. A Ideologia Alemã- Karl Marx e Friedrich Engels. Trad. Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (clássicos).

[4] ROCHA, Angélica de Santana; LEITE, Marcos Esdras. Direito das famílias de baixa renda no Brasil através da ação dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. **Revista Âmbito jurídico**, Rio Grande, ano XVII, n. 126, jul. 2014. ISSN - 1518-0360. P.1-18. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14869&revista_caderno=14> Acesso em julho de 2015.

Anexo 01.

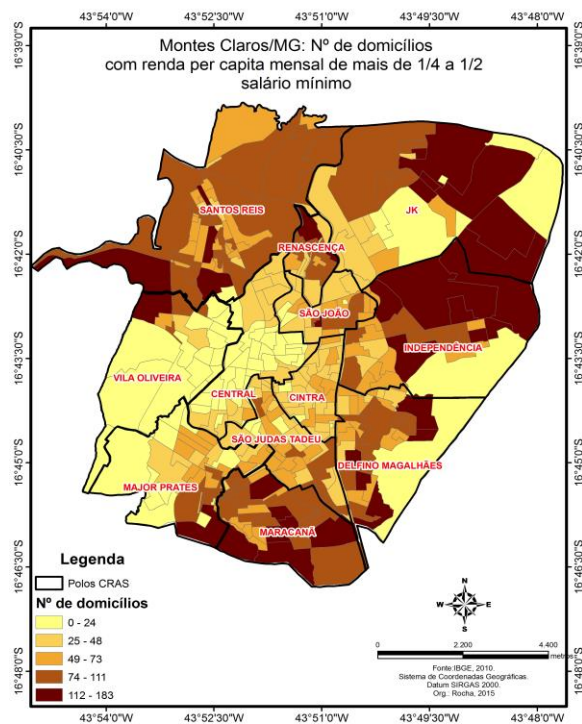


Figura 01: Extensão dos territórios dos CRAS da cidade de Montes Claros/MG e presença de famílias de baixa renda nestes. Fonte: ROCHA e LEITE, 2014 [4].